



regras, que é preciso seguir com toda a autonomia. Mas nenhuma dessas especialidades é uma finalidade em si mesma. Na organização de conjunto da tarefa exegetica, a orientação em direção à finalidade principal deve permanecer efetiva e evitar os desperdícios de energia. A exegese católica não tem o direito de se parecer com um curso d'água que se perde nas areias de uma análise hipercrítica. Ela deve preencher na Igreja e no mundo uma função vital, isto é, contribuir para uma transmissão mais autêntica do conteúdo da Escritura inspirada”.

Conclusão

Multiplicam-se os meios de estudo e difusão da Palavra de Deus. Entre eles, a Pontifícia Comissão Bíblica, agora centenária, desempenhou, a seu tempo, papel relevante. Por tudo, seja Deus louvado. E Ele, que inspirou os autores sagrados a escreverem a Sua Palavra, e que inspira os exegetas bíblicos a aprofundar o seu sentido e a comentá-la, Ele nos conceda a todos nós a graça maior de vivê-la. Porque é na prática, na vivência da Palavra, que encontraremos a Vida (cf Dt 30,20; 1Jo 3,14)

Endereço do Autor:

ITESC – Cx.p. 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS,SC
email: neybrasi@terra.com.br



O artigo reflete sobre a questão educativa no Seminário, partindo da Optatum Totius do Vaticano II, promulgada em 1965, e seguida por uma série de documentos e instruções eclesiais, tanto em âmbito universal como em âmbito brasileiro, documentos que culminaram na Pastores Dabo Vobis de 1992. Depois de refazer o percurso histórico, o autor informa sobre a evolução do tema nestes quase quarenta anos e propõe sinalizações para a tarefa educativa, insistindo em que não se perca de vista o caminho percorrido, para melhor poder-se avançar.

O Seminário e a questão educativa

*Pe. Vitor Hugo Mendes**

* Vice Presidente da Organização dos Seminários Latino-americanos – OSLAM, Coordenador Acadêmico da Escola de Formadores – OSIB/CRB/SC, Doutorando em Educação/UFRGS.



O Concílio Vaticano II atualizou e sistematizou a discussão durante a sua IV Sessão. Dedicando-se ao tema, apresentou mudanças substanciais, dando-lhe um caráter documental no Decreto *Optatum Totius*, sobre a Formação Sacerdotal, promulgado em 28 de outubro de 1965⁵.

Naquele momento histórico, a amplitude do Concílio em suas propostas e desafios, abrindo-se às novas circunstâncias pastorais – e buscando um diálogo compatível com a modernidade –, em acentuada ruptura com a identidade eclesial tridentina, ressoou fortemente no ambiente dos Seminários. O clima, mas também, a urgência de mudanças, nos anos seguintes, permeado pelos sintomas de “crise”, acentuou as críticas, potencializou reformas e favoreceu uma infinidade de novas experiências, particularmente na América-latina e no Brasil⁶.

⁵ Conforme relata Kloppenburg, “a comissão preconiliar dos Estudos e Seminários elaborou uma Constituição sobre a formação dos seminaristas (com seis capítulos), um Decreto sobre o respeito ao Magistério Eclesiástico no ensino das disciplinas eclesásticas (com três capítulos: noções fundamentais, o modo de ensinar a Sagrada Escritura, a necessidade de seguir a doutrina de Santo Tomás) e um Decreto sobre as vocações eclesásticas. Tudo isso foi depois da I Sessão refundido num só esquema de *sacrorum alumnis formandis* e remetido aos Bispos em maio de 1963. Mas não foi discutido. Em princípios de 1964 a Comissão recebeu instruções no sentido de reduzir tudo a alguns pontos essenciais, em forma de 19 proposições. Surgiram assim as *Propositiones de Institutione Sacerdotali*, sumariamente discutidas durante a II Sessão (1964). As intervenções orais e escritas como também os 1355 votos modificativos melhoraram e ampliaram bastante o texto, que foi definitivamente votado durante a IV Sessão (1965). (...) O documento recebeu a aprovação de 2.318 contra 3 Padres Conciliares” (Kloppenbug, 2000:506). Sobre o assunto conferir também: Kloppenburg, 1965:344-367, tratando das intervenções dos Padres Conciliares na III Sessão do Concílio.

⁶ A renovação dos Seminários à luz do Vaticano II recebeu impulso pela publicação da *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*, aprovada pelo Papa Paulo VI em 06/01/1970. No Brasil, por iniciativa do Secretariado Nacional de Seminários, na ocasião presidida pelo saudoso D. Afonso Niehues (Arcebispo de Florianópolis), foi elaborada uma complementação para as *Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal*, adaptadas às circunstâncias do país (22/09/1970). Naquele contexto, a complementação procurou considerar, legitimar e incentivar aquelas experiências que já antecipavam e inauguravam algumas mudanças. Neste sentido, mostrou-se sensível e aberta às “pequenas comunidades” de formação, como também, previu situações particulares em que o exercício de um “trabalho profissional” pudesse ser incluído no processo formativo. Somente em 1984, a 22ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil retomou o tema formalmente, aprovando um novo texto para as *Diretrizes Básicas da Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil* (Documento 30). Submetida à Congregação da Educação Católica, foi aprovado *ad experimentum* (12/07/1984), com a observação de que, um juízo definitivo se faria à luz de uma visitação a ser realizada em todos os Seminários do Brasil. Precedida por algumas intervenções que levaram ao fechamento de alguns Seminários brasileiros, a visitação se realizou no decorrer do ano de 1989, sendo conduzida pelas mãos de bispos do Brasil. Resultaram relatórios diversos e, para alguns, controversos em suas advertências quanto a aspectos teológicos, pedagógicos e canônicos. De modo geral se voltou a enfatizar os aspectos clássicos do grande Seminário, restringindo as “inovações”. Considerando estas indicações e as contribuições advindas do Sínodo dos Bispos (1990) e da publicação da *Pastores Dabo Vobis* (1992), por ocasião da 32ª Assembléia Geral da CNBB, em 1994, por unanimidade foi aprovado o texto das *Diretrizes Básicas da Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil* (Documento 55). Neste caso, a Congregação da Educação Católica aprovou as ditas *Diretrizes Básicas* quase um ano depois (10/05/1995), com um significativo número de modificações.

Mais recentemente, no alvorecer de 1990, seguindo a tradição dos Sínodos Ordinários como instrumento colegial para refletir temas relevantes na vida da Igreja, João Paulo II, tendo em vista tratar a questão frente aos desafios do segundo milênio, como também, oferecer uma orientação normativa e restritiva a respeito das muitas experiências realizadas, fez com que o Sínodo daquele ano voltasse suas preocupações e reflexões ao tema da Formação dos Sacerdotes, do qual derivou a Exortação Apóstólica Pós-sinodal, *Pastores Dabo Vobis*, em 1992.

A referida Exortação trouxe significativa contribuição ao Processo Formativo, apresentando precisão metodológica e grande sensibilidade para a questão pedagógica. Referindo-se ao Seminário como tal, assim se pronuncia a *Pastores Dabo Vobis*:

“a necessidade do Seminário maior – e da análoga Casa Religiosa – para a formação dos candidatos ao sacerdócio, defendida com autoridade pelo Concílio Vaticano II, foi reafirmada pelo Sínodo com estas palavras: ‘a instituição do Seminário maior como lugar ideal de formação deve certamente confirmar-se como espaço normal, mesmo material, de uma vida comunitária e hierárquica, mais, como casa própria para a formação dos candidatos ao sacerdócio, com superiores verdadeiramente consagrados a este serviço. Esta instituição deu muitíssimos frutos ao longo dos séculos e continua a dá-los em todo o mundo’” (PDV, 60).

Contemporizando uma reflexão

O breve panegírico, resgatando alguns marcos históricos a respeito da instituição do Seminário, como toda síntese, corre o risco de simplificações, apresenta vazios e carece de necessárias precisões. No entanto, sua intenção, ao menos nesta oportunidade, não é a de realizar um estudo exaustivo sobre o caráter histórico do Seminário, menos ainda, da sua finalidade imediata, o processo formativo dos futuros Presbíteros, mas a de indicar que se trata de um tema complexo sobre o qual muito já se discutiu.

O desconhecimento ou a desconsideração para com esta “memória” tem tido sérias implicações, até mesmo entre os iniciados e primeiros interessados (bispos, superiores maiores, formadores/as), prejudicando e debilitando uma reflexão conseqüente sobre o assunto. Mais do que isso, tal desinformação tem levado a uma indefinição quanto ao estilo de Seminário e de Processo Educativo, cada vez mais incapaz de responder, à altura, às exigências da Evangelização no Novo Milênio.

Reconhecer que, sobretudo nos últimos anos, houve um efetivo empenho em compreender e encaminhar os novos desafios que se impuseram ao Processo Educativo no Seminário, é uma questão de justiça. Por sua vez, silenciar sobre



a insuficiência desse esforço, seria uma inaceitável omissão que pode comprometer de forma irremediável a obra educativa no Seminário e o caminhar da Igreja *Povo de Deus*.

Trata-se portanto, não só de garantir a manutenção de uma instituição secular – o Seminário – mas, principalmente, de empenhar todas as forças na implementação de um *processo educativo* capaz de se compreender como parte de um todo eclesial em mudança, *exigindo mudanças constantes no modo de ser do Seminário*.

Neste particular, é importante perceber que, desde o seu início, a instituição do Seminário não tardou em endereçar suas preocupações para o aspecto pedagógico. De fato, educar é o problema com o qual, historicamente, se debatem os formadores no Seminário. É a partir desta questão que deve emergir a fisionomia do Seminário para o século XXI.

Ora, a questão que se esclarece não é tão simples. Pensar o Seminário do futuro em sua finalidade educativa exige-nos, também, refletir sobre o futuro da Igreja⁷. Afinal, que Seminário para que Igreja? Ou, na contramão da mesma via: Que Igreja para que Seminário? Esta é a nossa perplexidade maior!

Estamos longe de, na conjuntura atual, mediante a complexidade do momento histórico⁸, poder estabelecer soluções efetivas para tais desafios; tão pouco, trata-se de enrijecer ou cristalizar certas conquistas, menos ainda, a busca obsessiva por “culpados”. No entanto, há que se atribuir responsabilidades, revisar os *sinais dos tempos* e referenciar o caminho a ser percorrido.

De modo geral, o que se constata é que a falta de inserção eclesial no processo formativo do Seminário, – relegado aos sôfregos cuidados do(s) formador(es)⁹ –, e do Seminário na vida da Igreja *Povo de Deus*, transformou-

⁷ Libânio (1999), ao tratar dos *Cenários da Igreja* no atual contexto, caracteriza e descreve como que 4 prospectivas para o momento presente: cenário de uma Igreja da Instituição, cenário de uma Igreja Carismática, cenário de uma Igreja da Pregação, cenário de uma Igreja da Práxis-libertadora. Sua análise, entre outros aspectos, da vida interna e externa da Igreja, destaca em cada cenário algumas implicações para a formação no Seminário. Segundo o autor, cada cenário se impõe como um projeto de Igreja no qual se prevê começo – meio – fim, em sua realização. Em função disso, os aspectos contrastantes, ao invés de complementariedade, constituem oposições práticas e doutrinárias. A formação no Seminário funciona como caixa de ressonância de todas essas tendências.

⁸ Brighenti em *A Igreja do futuro e o futuro da Igreja* afirma que “há, ao nosso redor, uma crise holística, uma crise epocal, de paradigmas, das utopias, dos metarrelatos etc, que obriga as instituições em geral, incluídas as religiões, a re-situarem-se no novo contexto, a re-elaborarem sua autocompreensão e sua compreensão de Deus e do mundo” (Brighenti, 2001:05).

⁹ Como afirma Oliveira, “esta observação tem sentido uma vez que ainda vemos, em muitos lugares, que a formação está entregue a um único formador. Há situações em que dois ou três presbíteros ‘moram’ no seminário. Mas isso é bem diferente de um trabalho em equipe. Em muitos casos a formação fica somente com o formador. As dioceses não são envolvidas no processo. O presbitério – e às vezes também o bispo – sentem-se dispensados desta tarefa, achando que ela é problema exclusivo de quem foi encarregado de animar o seminário. Não faltam os casos de formadores totalmente sobrecarregados. Além da tarefa da formação, devem ainda desenvolver outras tarefas no âmbito da diocese ou do magistério teológico. E, infelizmente, diante das inúmeras cobranças, a formação termina ficando em segundo plano ou até esquecida” (Oliveira, 2001:168)



o em uma instituição jurídica e intemporal¹⁰. Ora, “toda instituição que não é capaz de caminhar com a história e de adaptar-se às novas condições culturais está fadada a se tornar obsoleta, irrelevante ao seu contexto” (Brighenti, 2001:05).

Não sem razão João Paulo II nos adverte: “a Igreja respeita as medidas do tempo: horas, dias, anos, séculos. Sob este aspecto, ela caminha a par e passo com cada homem, tornando-se consciente de quanto *cada uma dessas medidas esteja permeada da presença de Deus* e da sua ação salvífica” (TMA nº 16).

O Seminário e tudo o que ele representa no processo de *Educação da Fé*, não pode se furtar a este diálogo saudável com a história, a sociedade, enfim, com a cultura contemporânea. A escolha por outro caminho pode deformar, pois se entretém em “formar” um tipo de “peça-padrão”, impessoal e ambígua. Na busca de satisfazer a “todos” e a “ninguém”, ao estilo do que se convencionou “pós” todas as coisas, *este tipo* de seminário, acaba, em declarado anacronismo, sobrepondo aspectos, por vezes, contraditórios com a Encarnação de Jesus Cristo e as exigências da Evangelização no mundo de hoje.

Sem simplificar a questão, é preciso admitir que o Processo Educativo em geral, e a Formação do Presbítero em particular, não se realiza no vácuo. Em seu caráter formal ou informal, a Educação necessariamente constitui para si um ambiente, um *locus vivendi*, onde dinamiza sua ação.

Neste sentido, como afirma a *Pastores Dabo Vobis*, “a instituição do Seminário confirma-se como espaço normal, mesmo material, de uma vida comunitária e hierárquica” (PDV, 60). Ocorre, no entanto, que o espaço educativo, e neste caso, o Seminário, não existe como um fim em si mesmo. O seu caráter instrumental se realiza por conta de sua finalidade educativa, ou seja, “o acompanhamento vocacional dos futuros sacerdotes, e portanto, o discernimento de sua vocação, e a preparação para receber o sacramento da Ordem com as graças e as responsabilidades próprias pelas quais o sacerdote é configurado a Jesus Cristo, Cabeça e Pastor, e é habilitado e comprometido a partilhar a sua missão de salvação na Igreja e no mundo” (PDV, 61).

¹⁰ Benedetti em seu artigo, *O ‘novo clero’: arcaico ou moderno?*, ao tratar do seminário, assim o descreve: “o primeiro passo do seminário é afastar do mundo do trabalho, um aspecto definidor do homem moderno e, mais especificamente ainda, do homem urbano. A primeira condição para ser padre é ‘largar tudo’. (...) Nada mais distante do mundo urbano! Mais, tudo isso é visto como renúncia, sacrifício, desapego, dom de si. E acaba contribuindo para aguçar (ou mesmo criar) um espírito de casta (...)”. Na seqüência, ao falar do seminário como sendo o “lugar da inculcação do *habitus*”, acrescenta, também, como sendo o “lugar do controle”, e assim, fazendo uso de uma categoria de Goffmann, passa a caracterizar o seminário como sendo uma “instituição total”, pois absorve e passa a gerenciar todas as esferas da vida da pessoa (Benedetti, 1999:123).



Acontece que a fusão indistinta ou mesmo uma articulação insuficiente de ambos os aspectos, “espaço material” e “finalidade educativa”, tem gerado confusões e, não poucas vezes, privilegiado a instituição jurídico-formal do Seminário, em detrimento do processo pedagógico¹¹. Esta dificuldade é flagrante e tal inversão é problemática!

Do ponto de vista institucional, a criação de Seminários, casas de formação e institutos, está na ordem do dia. Por sua vez, a escassez de educadores (formadores/as, professores/as), é notória e incapaz de corresponder às necessidades. A improvisação é inevitável! Acrescenta-se a isso, com raras exceções, o perfil dos formadores: jovens em idade, novos no exercício do ministério – geralmente, recém ordenados –, pouca ou nenhuma experiência pastoral, sendo que a formação específica de educador é nula ou insuficiente. Tendo como base empírica a experiência dos anos em que frequentou o Seminário, a contragosto, mas forçado pela situação, o formador acaba por apresentar uma “caricatura” do que lhe foi dado. Impossibilitado de cunhar uma referência educativa em base à vida eclesial e passando ao largo dos fundamentos psicopedagógicos, a formação torna-se uma aventura contínua e cheia de suspenses.

Em se tratando da condução do processo educativo, o problema também se faz sentir em tom maior. Considere-se, por exemplo, o fato de que, muitas vezes, a formação e, na sua continuidade, a Ordenação Presbiteral, ao revés de um processo formativo, são levadas a coincidir com o limite cronológico dos anos de estudos, com as necessidades pastorais ou obras da diocese/congregação e, não poucas vezes, com a vontade pessoal, porém legal, do superior maior.

Se o problema fosse de ordem “material” (instituição do Seminário), jurídico-formal (prescrições normativo-canônicas) ou “quantitativo” (resultado numérico), os procedimentos estariam corretos, pois preenchem os quesitos em questão. No entanto, se o critério a ser considerado for a *estatura espiritual* do vocacionado, questões outras surgem perscrutando um outro caminho e exigindo uma ação educativa conseqüente. Muito mais interessada no processo de maturidade humana, seguimento de Jesus Cristo, serviço eclesial etc, o itinerário educativo e, conseqüentemente o Seminário, como *Educação da Fé*,

¹¹ A questão mostra-se confusa não por falta de orientação. A *Optatam Totius*, com devida prudência e inegável abertura, enfatiza “a suma importância da formação sacerdotal” e ressalta a importância do método adaptado aos novos tempos. Neste sentido, o decreto afirma: “em face da grande diversidade de povos e regiões, podem ser promulgadas apenas leis gerais, adote-se em cada país ou rito um método peculiar de formação sacerdotal, estabelecido pelas Conferências Episcopais, revisto de tempo em tempo e aprovado pela Sé Apostólica. Com base neste método, adaptem-se as leis universais às peculiares circunstâncias de tempo e lugar, para que a formação sacerdotal corresponda sempre às necessidades pastorais das regiões em que deve ser exercido o ministério” (OT 01).



terá em vista um processo situado, global, orgânico, progressivo e permanente de formação, menos preocupado em apressar o caminho, mas atento em orientar com seriedade a escolha vocacional.

A percepção destas ambigüidades e o desconforto delas oriundo tem sido uma constante nos encontros da Organização dos Seminários e Institutos do Brasil – OSIB (cfr. Mendes, 2001a). Por ocasião do 1º Seminário Nacional sobre a Formação Presbiteral da Igreja no Brasil, Neri em sua fala reuniu estes e outros descompassos como sendo o diagnóstico de um problema estrutural na formação.

Sua crítica é contundente, polêmica e desinstaladora. Segundo o teólogo, “a formação presbiteral tornou-se um sistema muito bem organizado de assimilação de doutrinas e vocábulos religiosos, de aprendizado de costumes e práticas funcionais apenas, produzindo aquilo que eu chamaria de: o culto das exterioridades. Por fora, as coisas caminham: o jovem vai aprendendo, às vezes, com grande habilidade, a discursar religiosamente, suas roupas ficam mais sóbrias, sua expressão facial e corporal se *hierofoma*, isto é, ganha formas sagradas; por dentro porém, tudo se estagna: alma abafada, problemas elementares não resolvidos, quando não coisas piores: corações cheios de maus desígnios, avareza, malícia, lascívia, inveja, soberba, vontade de poder e outras coisas mais (Mc 7,21-22). Isto é grave e este é o mal estrutural da formação sacerdotal” (Neri, 2001:41)

Uma infinidade de outros fatos poderiam bem ilustrar a situação, mas estes aspectos já são suficientes para evidenciar que, na maioria das vezes, salvaguardado o aspecto institucional do Seminário, o processo pedagógico fica relegado a segundo plano. Talvez em função disso, os educadores de Seminários ressintam-se tanto por não serem devidamente ouvidos na missão que lhes fora confiada, e outros tantos desejem jamais receber o convite para este tipo de trabalho. Reverter este quadro é preciso!

Sinalizando um caminho

A questão educativa é tão antiga quanto a existência de homens e mulheres, muito embora deva-se reconhecer que, nas atuais circunstâncias, este seja um dos aspectos mais controvertidos e polêmicos da condição humana. A ordem das coisas é tal que, na sua diversidade, pode-se especular: *Educar ou deseducar?* Eis a questão!

Sem perder de vista esta problemática ampla a respeito da questão educativa que, por sua natureza, extrapola as fronteiras eclesiais, não sem deixar de invadi-la, é preciso admitir que, em se tratando da *Educação Cristã* e, neste particular, especificamente da Formação Presbiteral, os desafios são



ainda maiores e mais complexos, pois a obra educativa deve corresponder a um *Processo de Educação na e da Fé*, favorecendo o desenvolvimento de convicções profundas, comprometidas com a causa do Evangelho, radicalizadas no seguimento de Jesus Cristo, autenticadas no exercício da vida comunitária fraterna e cidadã.

Tudo isso já sabemos! Reuniões às milhares, prédicas, orientações, documentos, diretrizes, etc., insistem neste mesmo parecer. Bispos, superiores maiores, formadores, formandos, são unânimes em reconhecer as dificuldades que permeiam o Processo Formativo e concordes em prescrever soluções na perspectiva do ideal. O problema, no entanto, persiste! Prevalece o paradoxo entre o discurso e a ação educativa, subjetivada muitas vezes de um modo inconseqüente.

Na prática, cada um à sua maneira, procura legislar em causa própria, prescindindo das orientações, omitindo informações, camuflando os resultados e, o que é pior, ignorando a contribuição fecunda e oportuna da Teologia das Vocações¹² e das Ciências Psicopedagógicas. Desta maneira, não é incomum buscar refúgio em uma visão moralista, ingênua e míope de crescimento humano e maturidade vocacional¹³.

Como alcançar aquele resultado, para além de um “jogo da sorte”, do “sentimentalismo” religioso, do “pragmatismo” de resultados, da simplificação voluntarista?

¹² Segundo Oliveira, analisando sua experiência no contato com as diversas realidades do país, “salvo algumas exceções, a animação vocacional fica reduzida a alguns encontros muito genéricos com os candidatos. Estes já se apresentam bastante ‘definidos’: querem ser padres. A iniciativa não parte do Pai (cf. Jo 6,44), pelo Filho (cf. Jo 15,16), no Espírito Santo (At 13,2). Parte deles. Não são escolhidos, através da mediação da comunidade, mas eles mesmos se escolhem e se oferecem, bastante condicionados por certos modelos que a mídia põe em destaque. Em vista disso, os promotores vocacionais ficam perdidos e são pressionados tanto pela insistência da ‘meninada’ como pela euforia dos que querem casa cheia. (...) Com isso, o processo formativo começa cheio de lacunas e vícios. Daí por diante, tudo vai se processando por precipitações e aparências, com o risco de termos gente chegando ao ministério ordenado desprovido daquilo que é a motivação fundamental: o verdadeiro chamado de Deus” (Oliveira, 2001:165)

¹³ A maturidade humano-cristã é um processo global que abrange todas as fases da vida. Jamais a pessoa estará pronta, pois o ser humano é um caminho aberto. Ocorre que, com esta compreensão de pessoa em constante crescimento e mudança, avaliar o grau de maturidade tornou-se um tema polêmico. Em se tratando da dimensão vocacional as divergências são ainda maiores, pois trata-se do “*chamado divino*”. Paulo VI, em sua Carta *Summi Dei Verbum*, esclarece que o quesito fundamental da vocação é “a reta intenção, isto é, a vontade clara e decidida de consagrar-se inteiramente ao serviço do Senhor (...)”. Por sua vez, no que prescreve a admissão às Ordens, o Santo Padre ressalta a necessária “certeza moral da vocação”, referindo-se a uma “madureza tal de santos propósitos e de progresso na piedade, no estudo e na disciplina” (Paulo VI, 1964: 14 e 15). Na Igreja do Brasil, esta maturidade requerida não pode dispensar uma adesão concreta às *Diretrizes da Ação Evangelizadora*. Estes aspectos merecem cuidado, atenção e criterioso discernimento. Em sentido prático, é sugestivo resgatar o caráter pedagógico do *estágio pastoral* como tempo de formação e avaliação do desempenho vocacional.



Segundo nos parece, é fundamental continuar a insistir na importância e na prioridade da *questão educativa* na Formação Presbiteral. A meta (*o quê?* e *o para quê?*) está explicitada com a devida clareza nos diversos Documentos da Igreja. O que se busca é uma formação para o seguimento de Jesus Cristo – “*per-seguir os seus passos, pro-seguir sua obra, con-seguir o seu Reino*”. Porém, de que modo conduzir este processo, ou seja, *como educar?*

Podemos antecipar que não há o caminho das pedras! Por sua vez, não significa fazer qualquer coisa. Educar é um exercício pedagógico dinâmico e criativo, mas que necessita de planejamento, sistematização e revisão constante.

Na Formação Presbiteral, esta explicitação pedagógica do Processo Formativo deve evidenciar e concretizar o caminho educativo a ser percorrido. Tal empreendimento, mais do que uma escolha arbitrária, torna-se, cada vez mais, uma exigência do itinerário vocacional *situado no tempo e no espaço*. É a partir desta perspectiva *educativa situada* que vai se constituir a identidade do Seminário, até mesmo como “espaço material”, não podendo ser de outra maneira.

Nos dias de hoje, por exemplo, já não é mais possível imaginar a formação do Presbítero agindo frente aos desafios do novo milênio, – considerando o contexto, as estruturas e as condições de grande parte dos Seminários, com pequenas ou grandes comunidades –, vivendo ausente, alheio e alienado das relações constitutivas e definidoras da vida social e religiosa do *Povo de Deus*¹⁴, ao qual deverá servir com zelo de Pastor.

Esse tipo de experiência laboratorial – no Seminário –, reproduzindo em extensão a segurança uterina, ao protelar indefinidamente o parto, pouco ou nada contribui no desenvolvimento do sujeito, e portanto, limita (aniquila?) o seu protagonismo¹⁵.

Sem dúvida, oportuniza-se ao jovem o que se tem de melhor, mesmo onde há precariedade¹⁶. No entanto, nestas condições “ideais”, a sanitarização

¹⁴ A situação de isolamento e distanciamento da realidade é, sem dúvida, uma interrogação que se impõe à formação do Presbítero em geral, especialmente à do Presbítero Diocesano. Em sua condição “secular”, aspecto que originalmente o distingue do clero religioso, este precisa estar encarnado na realidade do mundo “sem ser do mundo” (Jo 17,15 ss), ciente de que “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens [e mulheres] de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1).

¹⁵ Segundo Libânio, “formar-se é tomar em suas mãos seu próprio desenvolvimento e destino num duplo movimento de ampliação de suas qualidades humanas e religiosas, e de compromisso com a transformação da sociedade em que se vive” (Libânio, 2001:13).

¹⁶ Pedro A. R. de Oliveira, tratando da socialização dos seminaristas, constatou um certo “desclassamento”. Segundo o autor, “talvez seja exagero falar de ‘aburguesamento’ dos seminaristas, pois não creio que as condições materiais dos Seminários sejam equivalentes a um estilo ‘burguês’, embora haja Seminários bem confortáveis, onde se vive materialmente bem melhor do que no comum das famílias brasileiras. Entretanto, não receria dizer que a maioria dos seminaristas maiores encontra no Seminário melhores condições de moradia e alimentação – sem mencionar os estudos – do que em casa de suas famílias. Inclusive, o fato de tantos deles terem-se mudado de Estado, de cidade, ou da roça para a cidade, para ingressarem no Seminário, é um fator que aumenta esse distanciamento dos seminaristas em relação à sua família e ao seu meio social de origem. (...) Os dados de pesquisa dão a imagem do Seminário como instituição que socializa os futuros sacerdotes, segregando-os do seu meio social” (Oliveira, 1984: 62).



dos fatos (realidade) e, sobretudo, das relações é tal que, apesar de providenciar em excesso informações, reflexões e meditações ao formando, pelo seu aspecto “doméstico” e “condicionado” (estímulo – resposta), em quase nada *compensa* o sentido mais específico e profundo da *formação presbiteral* enquanto *inserção* solidária na vida e no mundo, a partir de uma profunda experiência de Fé no Deus de Jesus Cristo.

Somente o cultivo de uma visão *integral e integradora da vida* – no Processo Formativo –, pode implicar, significativamente, a *opção*, o *desenvolvimento* e a *realização* vocacional da pessoa. Não se trata de resolver todos os problemas. No entanto, estaremos mais próximos de fazer com que “as etapas de formação sejam patamares do *educar* a pessoa para *diminuir* a força atrativa da personagem” (Almeida, 2001:46).

É preciso que “a vocação seja percebida e proposta como projeto existencial, como afirmação original de cada vocacionado”. E, neste sentido, “a vocação entendida como projeto existencial de vida se nutre de dupla fidelidade: fidelidade à missão assumida, que é também fidelidade à promoção da própria existência.” (Almeida, 2001:49).

O *Processo Educativo (Processo Formativo)* – enquanto diretriz na qual se define a concepção educativa em seu sentido amplo –, e o *caminho pedagógico* – como ação que conduz, determina e realiza a prática educativa –, em sua normatividade específica (pensar global e agir local), não pode deixar de considerar, refletir e encaminhar estas questões e problemas imbricados na ampliação do caminho vocacional¹⁷.

Em base ao *como educar*, seu horizonte se dirige em acompanhar, orientar e exercitar o desenvolvimento real da pessoa, em contínuo processo de discernimento vocacional. Portanto, a definição do Processo Formativo se realizará em um constante refazimento pedagógico.

Este encaminhamento requer, sem dúvida, um grupo de pessoas suficientes e qualificadas – atuando em equipe e com planejamento das atividades – para levá-lo a termo e, no que tange ao Seminário, será imprescindível o alargamento de suas fronteiras, constituindo outros e novos espaços de formação. No entanto, o desafio maior na definição do Processo Educativo supõe administrar, ao menos, estas três variáveis: aproximação do

¹⁷ Parece oportuno lembrar que, a tematização das incongruências entre a expectativa e o resultado da ação educativa, – corretamente identificadas no formando – não é, em certo sentido, “culpa dele” que, geralmente, tende a adaptar-se ao que lhe é oferecido. Mas é, em grande parte, o resultado do descompasso pedagógico presente na organização e na avaliação dos objetivos, meios, fins da formação, cuja responsabilidade, em última instância, recai sobre aqueles que organizam, conduzem e respondem pela orientação educativa.



percurso da história e da cultura emergente; compreensão do perfil do vocacionado; definição *pedagógica* para o Processo Formativo.

A indicação destes aspectos e o acento de sua importância para a Formação Presbiteral não é uma novidade¹⁸. O “nó” do problema está no fato de se conhecer e articular adequadamente os termos da questão, sabendo-se que a ação educativa dependerá sempre do influxo de novas informações ou outras situações a serem consideradas, assimiladas e administradas pedagogicamente.

A título de palavras finais

No contexto desta análise sobre *O Seminário e a questão educativa*, foi inevitável que emergissem alguns impasses práticos que caracterizam o cotidiano da ação educativa no Seminário, e assim a reflexão esbarra, repetidas vezes, nos limites da experiência formativa. Não obstante isso, a reflexão proposta procura delimitar um horizonte mais amplo de questões permeadas de complexidades que merecem particular atenção.

De um lado, analisa as bases normativas que, historicamente, vêm organizando a prática educativa no Seminário; de outro, como prospectiva, retoma a normatividade do campo empírico e, outra vez, ressalta a importância em se delinear uma *Metodologia do Processo Formativo* (cfr. Mendes, 2001b).

Como já dissemos, são temas cujo debate e extensão acompanham o tempo histórico do Seminário, porém, em cada época, com suas peculiaridades.

Recentemente, no período pós-Vaticano II, podemos dizer que estas discussões tiveram um caráter amplo de diálogo e participação, indicando novos caminhos na reflexão e na prática educativa do Seminário.

Inscrevem-se nesta trajetória, *grosso modo*, iniciativas que, mesmo girando em torno da “reforma” dos moldes tradicionais e, portanto, mantendo-se em uma perspectiva interna à casa de formação, com empenho realizaram

¹⁸ Como recorda a *Pastores Dabo Vobis*, “a obra educativa, por natureza, é o acompanhamento de pessoas históricas, concretas, que caminham para a escolha e adesão a determinados ideais de vida. Precisamente por isso, a obra educativa deve saber harmonicamente conciliar a proposta clara da meta a atingir, a exigência de caminhar com seriedade em direção a essa meta, a atenção ao ‘caminhante’, ou seja, ao sujeito concreto empenhado nesta aventura, e depois a uma série de situações, de problemas e de dificuldades, de ritmos diversificados de caminho e de crescimento. Isto exige uma sábia elasticidade, que não significa, de fato, transigência sobre os valores nem sobre o empenho consciente e livre, mas amor verdadeiro e respeito sincero por quem, nas suas condições pessoais, está caminhando para o sacerdócio. Isto vale não só relativamente à pessoa singular, mas também relativamente aos diversos contextos sociais e culturais onde se encontram os Seminários e à diferente história que tem cada um deles. Neste sentido, a tarefa educativa exige uma contínua renovação” (PDV, 61).



investimentos de grande porte no processo formativo (Plano de Formação, sistematização progressiva dos conteúdos), na qualificação e diversificação pedagógica dos formadores (formação de educadores, equipes de trabalho, planejamento das atividades, assessoria psico-pedagógica, presença de leigos e leigas), no trabalho junto aos seminaristas (processo participativo na formação, acompanhamento personalizado, sensibilização para a realidade pastoral), na formação acadêmica (reflexão como forma de intervir no mundo, estudo metódico, interdisciplinariedade), na estrutura do Seminário (pequenas comunidades, grupos de vida), etc.

Em meio a este esforço de renovação não passaram despercebidas propostas que, na emergência das Comunidades de Base – *novo jeito de Ser Igreja* –, corajosamente redimensionaram a ação educativa no contexto da inserção e, de fato, gestaram novos modos pedagógicos e novas estruturas de formação. A real aproximação com a vida do povo, mediante a participação na comunidade e no mundo do trabalho, o engajamento nas questões sociais (econômicas, políticas, culturais), permitiram que diversos aspectos da ação educativa adquirissem uma outra feição e tratamento.

Neste início de milênio, com um quadro sócio-eclesial bastante diferenciado, o que assistimos é a emergência multiplicadora de iniciativas que se referem à formação presbiteral. Dioceses, Congregações, Institutos e, agora, de um modo mais intenso, Movimentos Eclesiais e Associações Laicais, cada um a seu modo, dedicam-se à criação de Seminários, Casas de Formação e Comunidades Novas, tendo em vista formar Presbíteros. Em meio a essa diversidade, torna-se difícil mapear tudo o que vem sendo realizado, e somente uma leitura superficial poderia agrupar as diversas propostas em um mesmo plano. Entretanto, é de se perguntar: o que há de novo, nestas iniciativas, para a Formação do Presbítero?

Diante da perda generalizada dos laços que nos vinculam às experiências passadas, quer-nos parecer que, olhar para trás, neste momento, talvez seja um modo interessante de se ir em frente! O percurso realizado já nos permite um balanço da obra educativa no Seminário que pode amenizar nossas angústias, maximizar nossos esforços e, quem sabe, no atual contexto, contribuir de forma original para novas e ousadas iniciativas à luz do *Ser Igreja no Novo Milênio*.

Bibliografia:

ALMEIDA, D.B. (2001) *Seminário: Projeto Educativo*. In: Estudos da CNBB. *Metodologia do Processo Formativo* [nº 83]. São Paulo : Paulus.

CNBB (1985) *Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil – Diretrizes Básicas*. (Documento nº 30). São Paulo : Paulinas.



CNBB (1995) *Diretrizes Básicas da Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*. (Documento nº 55). São Paulo : Paulinas.

CNBB (2001) *Metodologia do Processo Formativo*. (Estudos nº 83). São Paulo : Paulus.

BENEDETTI, L.R. (1999) *O 'novo clero': Arcaico ou Moderno?* In: REB, Março [nº 233].

BRIGHENTI, A. (2001) *O futuro da Igreja e a Igreja do futuro – Perspectivas para a Evangelização na aurora do terceiro milênio*. São Paulo : Paulus.

GRINGS, D. (1978) *Os Seminários na Formação Sacerdotal*. In: Teocomunicação – Revista Trimestral de Teologia [Ano VIII – nº 39 – Março]. PUC : Porto Alegre.

HÄRING, B. (1995) *Que Padres ... Para a Igreja?* Aparecida (SP) : Editora Santuário.

JOÃO PAULO II (1992) *Pastores Dabo Vobis*. São Paulo : Paulinas.

JOÃO PAULO II (2001) *Carta Apostólica Novo Millenio Ineunte*. São Paulo : Editora Paulus & Loyola.

JOÃO PAULO II (1994) *Tertio Millennio Adveniente*. São Paulo : Paulus.

KLOPPENBURG, B. (2000) In: *Compêndio do Vaticano II*. 29ª Edição. Petrópolis : Editora Vozes

KLOPPENBURG, B. (1966) *Concílio Vaticano II – Quarta Sessão (set.-dez. 1964)*. Vol. IV. Petrópolis : Editora Vozes.

LIBANIO, J.B. (1999) *Cenários da Igreja*. São Paulo : Edições Loyola

LIBANIO, J.B. (2001) *A arte de formar-se*. São Paulo : Edições Loyola

MENDES, V.H. (2001a) *Ser Igreja no Novo Milênio: a Formação Presbiteral*. In: Revista Encontros Teológicos [Ano 16 – Nº 1/30]. Florianópolis : Instituto Teológico de Santa Catarina (ITESC).

MENDES, V.H. (2001b) *1º Seminário Nacional sobre a Formação Presbiteral da Igreja no Brasil – Introdução*. In: Estudos da CNBB. *Metodologia do Processo Formativo* [nº 83]. São Paulo : Paulus.

NERI, P. (2001) *Que eu possa ver de novo*. In: Estudos da CNBB. *Metodologia do Processo Formativo* [nº 83]. São Paulo : Paulus

OLIVEIRA, J.L.M. (2001) *Olhar prospectivo sobre a Formação Presbiteral*. In: Estudos da CNBB. *Metodologia do Processo Formativo* [nº 83]. São Paulo : Paulus



OLIVEIRA. P. A. R. (1984) *Seminaristas Maiores: um questionamento sobre sua socialização*. In: Estudos da CNBB. *Situação e Vida dos Seminaristas Maiores no Brasil*. [nº 40]. São Paulo : Paulinas.

OSLAM (2000) *Síntesis histórica y Estatutos*. Bogotá : DEVYM – OSLAM.

PAULO VI (1964) *Carta Apostólica Summi Dei Verbum*. Petrópolis : Editora Vozes

PAULO VI (1986) *Decreto Optatam Totius*. In: *Compêndio do Vaticano II*. 18ª Edição. Petrópolis : Editora Vozes.

PAULO VI (1986) *Gaudium et Spes*. In: *Compêndio do Vaticano II*. 18ª Edição. Petrópolis Editora Vozes.



POR UM IDEAL. O QUE POR ELE SOFRI E VIVI EM MEIO SÉCULO

Huberto ROHDEN

Memórias autobiográficas, Vol. I, 254 p., Vol. II, 262 p.,
Martin Claret Editores Ltda, São Paulo, 1993, 4ª edição.

A Biblioteca do ITESC acaba de adquirir o acervo bibliográfico – mais de sessenta obras – desse autor catarinense, falecido em 1981, em São Paulo, aos 87 anos de idade. Huberto ROHDEN é certamente um dos mais importantes pensadores do nosso Estado, cuja obra, filosófico-teológica, merece atenção e análise. Lembro-me da sofreguidão com que líamos, na década de 40, os livros que foram saindo rapidamente da sua pena prolífica: *Jesus Nazareno, Paulo de Tarso, Por mundos ignotos, De alma para alma, Míriam, Agostinho, Maravilhas do Universo, Alegrias* etc.

Quem era Huberto Rohden? Nascido em São Ludgero, SC, em 1893, ingressou no Seminário Menor de Pareci e, depois, no Seminário Maior de São Leopoldo, RS, onde foi colega de curso de Dom Jaime de Barros Câmara e de Mons. José Locks, com os quais foi ordenado presbítero na Catedral de Florianópolis em 1920. Seu primeiro livro, lançado em 1919 para comemorar sua ordenação, foi uma profissão de fé: *Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo*. Seu primeiro ministério sacerdotal desenvolveu-se por dois anos na paróquia da Catedral, que abrangia toda a ilha, então aos cuidados de Mons. Topp. Em 1922 foi nomeado pároco de Laguna, e nesse ano publicou seu segundo livro: *Mistério de Amor*, sobre a Eucaristia, livro que mereceu carta entusiasmada de Dom Sebastião Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro, o qual até a morte foi seu incentivador. Em 1923 saiu o terceiro livro, o *Goffiné Brasileiro*, misto de catecismo e manual de orações para uso dos leigos. Em 1924 fez o noviciado com os Jesuítas, em Pareci Novo, no Rio Grande do Sul, partindo depois para a Europa, para estudos de pós-graduação em Valkenburg, na Holanda, em Nápoles, na Itália, e em Innsbruck, na Áustria. Regressando da Europa em 1928,

RECENSÕES